



# MANIFESTO



aautad

## Uma Academia Sem Teto

Uma visão de estudantes sobre o alojamento no ensino superior.

Regemo-nos por um sistema de ensino superior cujas premissas partem da constituição da república portuguesa e seguem a visão de que todos têm acesso ao ensino com direito à igualdade de oportunidades e êxito escolar e também que o regime de acesso garante a igualdade de oportunidades entre todos.

Estas são premissas que não se cumprem no ensino superior. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) transparece no seu histórico por ser uma academia com índices de 70 a 72% de estudantes deslocados e entre 40 a 45% de estudantes carentes de Ação Social direta.

Ao longo do ano de 2018 foram noticiadas tanto pela Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD) como pela reitoria da UTAD que cerca de 88% dos alunos iriam ter de encontrar alojamento no setor privado. Foram noticiadas também o facto de, face à construção de dois hospitais privados, o alojamento estudantil privado encontrar-se escasso e a necessidade de se encontrar medidas de forma aumentar o número de camas a preço social com intenção de mitigar a inflação do mercado privado.

A AAUTAD pronunciou-se novamente em 2018 expressando a crise sentida pelos estudantes transmontanos face à inexistência de políticas públicas relativamente ao crescimento do número de alunos. Relatando ainda casos de estudantes da UTAD encontrarem-se a viver nas periferias da cidade sem acesso à rede de transportes públicos.

Ainda em 2018, a AAUTAD, reunida com os seus núcleos de estudantes, redigiu uma moção na qual expõe as preocupações dos seus alunos, reivindica as suas necessidades e identifica soluções, procurando resoluções por parte de intervenientes políticos, tendo a mesma sido assinada por todos os núcleos de estudantes da UTAD, pelo presidente da AAUTAD, pela reitoria e pela Câmara Municipal de Vila Real (CMVR).

Atravessou-se o Plano Nacional para o Alojamento do Ensino Superior (PNAES), visando a criação de 275 camas para Vila Real e a requalificação de edifícios públicos com resultado em residências.

A 31 de agosto, através de comunicação oficial do governo é noticiado um aumento de 4% do número de camas relativamente ao ano transato. Após rápida observação conseguimos perceber que o aumento do número de camas tinha dois principais contribuintes: Porto e Lisboa.

Na cidade de Vila Real o aumento foi nulo, sendo de reforçar que a universidade se encontra em crescimento face ao número de alunos colocados. Preocupações levantam-se face à falta de comunicação do assunto envolvido e face aos esforços colocados por todos os intervenientes.

Volvido quase um ano sobre a moção assinada pelo Alojamento Estudantil, entrando num novo ano letivo, o PNAES é uma nuvem de fumo. Os problemas existentes continuam a ser os mesmos do ano passado assim como a invasão fiscal que continua a ser vulgarmente praticada pela maioria dos arrendatários deste distrito, o mercado imobiliário privado continua a evaporar recorrentemente face aos números exigidos e a escassez do alojamento público continua a forçar de cerca de 88% da população estudantil procura o mercado privado.

O rácio de 12.8% camas por estudantes deslocados, na UTAD, declarado no ano transato vai continuar a esticar face ao aumento do número de alunos a ingressar no ensino superior e não podemos esperar pela suposta queda demográfica anunciada pelos veículos da comunicação. É necessário reforçarmos os nossos canais da ação social, tanto direta como indiretamente, de forma a cumprirmos a equidade de acesso a todos os estudantes do ensino superior.

Neste sentido, a Associação Académica de Trás-os-Montes e Alto Douro sugere as seguintes propostas nomeadamente para a situação a ser vivenciada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

- A redução da tributação do Imposto municipal sobre imóveis (IMI) aos proprietários de alojamentos arrendados a jovens estudantes;
- A dedução do IRS a estudantes deslocados;
- Criação de linhas de financiamento abertas e imediatas direcionadas às Instituições de Ensino Superior (IES) para a construção e renovação de residências universitárias;
- Liberalização e criação de mecanismos às IES para a obtenção de financiamento;
- Criação de uma rede de alojamento privada, para casos de urgência, subsidiada pelo Estado pela diferença sob o preço de alojamento de Ação Social.